



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 114

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE AGOSTO DE 1998
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1443

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 338/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAM - Associação Perolense de Amparo ao Menor, com sede e foro na Cidade de Pérola.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede a Rua Castelo Branco, 1063, na Cidade de Pérola, constituída sob forma de sociedade civil filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional sem fins lucrativos, tem duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A APAM, tem por objetivo retirar as crianças e adolescentes da rua; envolvê-los em atividades que contribuam para sua formação de cidadão útil e respeitado; evitar que os menores permaneçam na rua, cometendo infrações e expostas a vícios, mendicância e exploração sexual; desenvolver na criança e adolescente o gosto pelo trabalho, ensinando-os a encará-lo como instrumento de obtenção de dignidade e respeito; dar aos menores

carentes treinamento semi-profissional; fornecer aos assistidos orientação psicológica, religiosa, social e artística; cuidar da saúde das crianças e adolescentes assistidos com atendimento médico e odontológico e integrar os menores marginalizados à sociedade, como membros ativos e respeitados.

A entidade em questão, conta com um setor de Serviço Social, que observa as verdadeiras condições sociais de cada menor; setor de Psicologia, que avalia e trata os menores com antecedente familiar em desestruturação causada principalmente pelo álcool e atendimento psicoterápico para menores que apresentam distúrbios de conduta e incapacitação sócio-familiar; setor Pedagógico, que tem como objetivo planejar, coordenar e dirigir todos os programas pedagógicos da entidade, buscando apoio junto aos próprios professores de alunos de entidades e setor de Educação Física, que auxiliar na prática esportiva e atividades de lazer.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6.994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação à esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 339/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Vila Vicentina - Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Vila Vicentina, obra unidade à Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro à Rua Doralcio Corrêa, 316, é uma entidade civil de direito privado, beneficente, filantrópica, criativa e de assistência social, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, no Município de Ponta Grossa.

A Vila Vicentina tem por finalidade a prática da caridade cristã pela assistência social, acolher e abrigar, em caráter temporário, famílias carentes, procurando a sua recuperação social; acolher e abrigar idosos e carentes, de ambos os sexos, proporcionando-lhes lazer e outras atividades geriátricas condizentes; acolher e abrigar crianças e adolescentes desamparados ou necessitados, por meio de

assistência psicológica ou ensinamentos adequados, meios para a sua recuperação e formação, dando-lhes desta forma condição para integração à sociedade.

A Vila Vicentina poderá também desenvolver outras atividades de assistência paralelas que possam se integrar aos objetivos da entidade e dentro dos preceitos fundamentais da Sociedade de São Vicente de Paulo. No desenvolvimento de suas atividades a Vila Vicentina não fará distinção quanto à raça, cor e condição social.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e excelente trabalho dessa entidade em favor da comunidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 340/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estendido aos docentes da Classe Adjunto - Doutor do Sistema Estadual de Ensino Superior o disposto na Lei nº 11.718 de 07 de maio de 1997, e exclusivamente no referente ao enquadramento, desde que contem no mínimo com dez anos no Cargo e Classe.

Parágrafo Único - Os professores da Classe Adjunto - Doutor, nível III e IV e que não satisfizerem o preceito temporal do "caput" deste artigo, ficam enquadrados na Classe de Professor Associado Nível I.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24.08.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa equacionar o atual Plano de Carreira do Magistério Superior do Estado do Paraná, restabelecendo a carreira por mérito e titulação bem como ampliando os benefícios da Lei nº 11.718 de 07 de maio de 1997 a todos os professores que satisfazem os preceitos ali dispostos.

Com tal intento, as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná poderão administrar de maneira uniforme fazendo prevalecer a isonomia e a justiça entre as diferentes IES no que diz respeito à política de pessoal.

PROJETO DE LEI Nº 341/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano de Proteção a Infância e a Maternidade Ponta Grossa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública com sede e foro a Rua Frei Veloso, nº 38, em Ponta Grossa, atuando em pleno funcionamento.

O Centro Presbiteriano de Proteção à Infância e a Maternidade de Ponta Grossa, tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades das crianças e da gestante especialmente, proporcionando a proteção antes, durante e após o parto; assistência médica à criança e a gestante, assistência alimentar, proteção e educação das crianças órfãs e abandonadas que vivem em vias públicas, proteção, recreação e educação de crianças que as mães trabalham fora do lar; divulgação dos preceitos de higiene, recreação orientada e educação física dirigida; outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 342/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Jacarezinho o terreno e os imóveis de propriedade do Estado do Paraná, onde atualmente funciona o 6º Distrito do D.E.R., registrado no Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, no livro 3G, fls. 230, transcrição 6.291, e Livro 02 - Registro Geral, R/1981.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa corrigir o disposto na Lei nº 12090 de 11 de março de 1998 que

doou imóvel do Estado do Paraná para o Município de Jacarezinho. Entretanto, a referida lei omitiu parte dos documentos para a efetivação da doação trazendo as dificuldades legais e administrativas de praxe. O projeto ora apresentado corrige a omissão e restabelece o intento do Executivo já expresso na lei indicada, por isso deverá merecer todo apoio desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 343/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar mecanismos de apoio e incentivo às atividades de artesanato nos termos desta lei.

Parágrafo Único - Na política de concessão de incentivos o Poder Executivo incluirá, entre outros, necessariamente:

I - estímulos de natureza fiscal ou financeira;

II - simplificação e desburocratização de documentos;

III - isenção de prestação da Guia do ICMS;

IV - treinamento de pessoal em tecnologias e mercado.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa atender as necessidades dos profissionais do artesanato do Estado do Paraná e incrementar as atividades geradoras de emprego e renda.

De outro lado, procura dar clareza ao disposto no parágrafo único do artigo 143 da Constituição do Estado do Paraná: "O Poder Público estimulará a atividade artesanal".

Dada a importância e abrangência da lei certamente receberá acolhida desta Colenda Casa.

PROJETO DE LEI Nº 344/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É vedado, no âmbito do Estado do Paraná, a cobrança de quaisquer serviços prestados por terceiros através de telefonia nacional ou internacional, diretamente na conta telefônica sem a

expressa autorização do usuário à companhia concessionária.

Parágrafo Único - Nos serviços de que trata o caput deste artigo não estão incluídos aqueles oferecidos pela própria companhia telefônica, constantes em contrato, e estritamente referentes aos custos das ligações e outras despesas próprias à manutenção e uso de linha.

Art. 2º - A vedação de que trata o artigo 1º desta lei não implica na negação desses serviços ao usuário desde que a sua cobrança seja procedida através de cartão de crédito ou outro meio, desvinculado da conta telefônica.

Art. 3º - Ao usuário de linha telefônica em que for efetuada a cobrança de serviços em desacordo com o preceituado nesta lei, cabe direito de questioná-la, sem prévia quitação, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do seu recebimento.

Art. 4º - As companhias telefônicas terão o prazo de 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta lei para, se desejarem, formalizar junto ao usuário proposta relativa a cobrança de prestação de serviços de terceiros na conta telefônica.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.08.98.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto lei visa equacionar a grave questão das conta telefônicas no referente à prestação de serviços de terceiros.

Se bem que se poderia questionar os fundamentos éticos de muitos desses serviços, o objeto desta lei é preservar a democracia e a liberdade de expressão, mas enquadrando nas dimensões razoáveis do contrato civil. Assim, as partes (usuário e concessionária) entretanto num acordo sobre a forma de prestação de serviços tornarão o processo mais claro e legítimo.

Espera-se, com a aprovação deste projeto de lei, evitar o número imenso de reclamação e até ajuizamentos junto ao PROCON e órgão do Judiciário por parte de usuários insatisfeitos com procedimentos não compatíveis da empresa concessionária no referente à cobranças indevidas. De outro lado, protege também a empresa concessionária por exigir contratos claros no universo jurídico e social.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados, às vezes eu pressinto que política é a arte do canalha. Durante esses doze anos e mais seis como Vereador, a minha escola política foi durante seis anos numa Câmara Municipal, e aqui durante doze anos de vida Parlamentar eu aprendi muito neste Parlamento ouvindo atentamente grandes debates, grandes idéias. Mas o que me magoou esta semana é que eu vi um Deputado subir num palanque no interior do Paraná e apresentar, falar de um Projeto que era dele, e é do Deputado Rosinha, e um Projeto meu também, que é a casa de amparo à mulher violentada. Por exemplo: a mulher quando é espancada, rasgada nos seus direitos, quando um marido rasga a constituição brasileira na cara da sua esposa: porque mulher, eu que nasci do ventre de uma mulher, eu amo a mulher, seja ela negra ou branca porque as duas representam para o Deputado Alborghetti a orquestra sublime da humanidade. A mulher que embala um berço tem o direito de reger a humanidade. Em respeito à mulher brasileira do meu Estado, fiz aqui nesta Casa um Projeto criando a Casa de Amparo à Mulher Violentada nos seus Direitos. O Deputado, futuro Deputado Federal, Doutor Florisvaldo Fier, fez o mesmo Projeto, e às vezes quando nós fazemos aqui projetos de primeiro mundo dizem que nós queremos demais, se dá a nítida impressão que nós temos que retroceder ao terceiro mundo. Ser sempre um País que não caminha para a frente, sempre 'para trás. E nós criamos esse projeto dando direito à professora de educação física, psicóloga, à assistente social, dando direito ao advogado, a mulher vai à delegacia e ela faz a queixa, ela é amparada dentro da Constituição Estadual e Federal. E logo após ela tem medo de retornar à sua casa, ela vai, aqui na Capital. O Prefeito Rafael Greca, hoje candidato a Deputado Federal, Deputado Paulo Gorski, construiu a Casa de Maria. Então, toda a mulher espancada na Capital, às vezes, não retorna, Deputado Paulo, ela vai à Casa de Maria. Uma feliz idéia desse grande tribuno, V.Exa. não teve oportunidade de conhecê-lo neste Parlamento, esse grande tribuno, grande político, Deputado Rafael Greca. O Deputado Rosinha lançou esse Projeto, eu tinha lançado no meu 1º mandato, e nós queríamos que isso se expandisse pelo Paraná inteiro. E agora, vejo candidatos dizendo que vão fazer, vão amparar a mulher. Quer dizer, uma estupidez, uma cretinice, uma covardia, uma insensatez, Deputado Luiz Carlos Zuk, que realmente me apavora, me deixa enojado.

Estou com um Projeto criando a Casa de Maria. Mas a Casa de Maria que eu quero em Ponta Grossa, em Maringá, Londrina, Curitiba, Cascavel - terra do Deputado Paulo Gorski -, em Foz do Iguaçu - terra do Deputado Sâmis da Silva. A Casa

de Maria, Deputado Pessuti, também em Ivaiporã, para amparar a mãezinha negra, a pobrezinha, a empregada doméstica que às vezes fica grávida e não tem a quem recorrer. Estou falando com as mulheres que estão aqui: as minhas taquígrafas, as jornalistas, minhas amigas, e com os pais. Muitas mães às vezes, ficam grávidas - e isso eu digo por sabedoria, porque no meu Gabinete aqui na Assembléia e no meu Escritório Político de Ação Social em Londrina, muitas me procuram e pedem uma cesariana, não têm que esperar na fila do SUS.

Então, são coisas assim, inconcebíveis. Estou aqui com um Projeto criando a Casa de Maria, para que a mulher pobre - a mulher rica não, essa abastada, da elite dominante, da alta sociedade - ela pode ir ao médico, fazer a sua cesárea, amarrar as trompas e não ter mais bebê. Agora a mulher pobre, aquela carente de recursos, não tem aonde ir. Ela vai no Gabinete do Deputado Nelson Justus, do Deputado Paulo Gorski, do Deputado Albanor Gomes, do Deputado Luiz Carlos Martins. Aliás, a fila das grávidas na Rádio Independência, onde o Deputado Luiz Carlos Martins apresenta o seu programa, tem a mesma fila que fica no meu programa na TV Independência, no Alerta Geral. Nós dividimos: metade para o Deputado Luiz Carlos Martins e metade para mim. E nós não sabemos para onde encaminhar. E esse projeto, Deputado Luiz Carlos Martins, vai desafogar os nossos programas de rádio e televisão e os nossos Gabinetes. A mãe, seja ela pobre, seja ela negra, da cor de Nossa Senhora Aparecida, ou branca da cor da Virgem Maria, se você cortar os braços e punhos dessas mães, sela ela negra ou branca, as duas têm a mesma cor do sangue e o direito de reger esta orquestra, que é a nossa humanidade.

Então, é um Projeto de fundamental importância que nós vamos colocar nesta Casa, e tenho certeza que a maioria dos Senhores Deputados que aqui trabalham e outros que vão para o Congresso Federal - muitos aqui tenho certeza, na eleição do Dr. Florisvaldo Fier, que poderá Dr. Rosinha, me permita, de tê-lo em Brasília e poder ligar ao seu gabinete para que o senhor transforme esta Lei lá, porque é lá que realmente o senhor vai legislar a Lei mãe, a Constituição maior. Porque aqui, Dr. Rosinha, apresentamos um projeto, a gente é louco, é burro, o projeto não sai desse concreto, chega lá no Palácio eles vetam, dizem que o senhor é louco, que eu sou louco, que aqui tem que vetar.

Então, acho que o senhor, lá em Brasília, tenho certeza que o senhor vai fazer uma grande administração no Congresso Federal, não vai deixar calar a sua boca, o senhor vai ser um Deputado Paranista, e poderá nos ajudar a fazer com que esses projetos se transformem, o senhor, o Sâmis que vai ser Depu-

tado Federal e tantos outros que vão disputar as eleições.

Espero, Deputado Luiz Carlos Martins, esse Projeto vai beneficiar eu e você, porque realmente hoje na capital, somos considerados o "pai da pobreza" da Capital do Paraná, e sou considerado o "pai da pobreza" no Norte do Paraná. Esse Projeto vai nos ajudar e muito, como vai ajudar também a fila da miséria que comparece a Rádio Difusora, para que o Deputado Carlos Simões, com esse coração aberto, que ele tanto atende centenas de mulheres grávidas que também não podem recorrer. Quero que o Deputado Carlos Simões me desminta aqui. Se ele me desmentir é porque ele não tem vergonha na cara. Porque no seu programa de rádio, no meu programa de televisão, é a fila da miséria, é a fila do sofrimento. Por isso que eu, como Deputado, trabalho por cidadania, trabalho por justiça social, trabalho pela família, pelos nossos filhos, pelos abandonados do Estado do Paraná.

E para finalizar, tem um Projeto muito importante nessa Casa hoje. Feliz a hora que o Deputado Anibal Khury sentado ao lado da D. Niva, no seu residencial, que aliás é humilde, muito humilde, ele poderia morar num palacete, mas não, ele mora num apartamento humilde, alegre, feliz e ali ele fica criando as suas idéias, ele criou um Projeto que chega em boa hora, a "Anistia para as Multas". Porque é uma aberração o que está se cometendo hoje no Estado do Paraná. Nunca vi tanta estupidez. Vi ontem quando chegava na capital, vinha de Londrina, correndo o Paraná. E, lendo um Jornal, estava lendo o Jornal da esposa do Deputado Valdir Rossoni, que estava fazendo uma reunião. Estava lendo o Jornal e vi uma pancada em frente ao Shopping Curitiba. Uma senhora dirigindo o carro, veio um cidadão e bateu atrás. Olha só que covardia! Eu lendo que a sua senhora estava fazendo uma reunião com as mulheres, achei interessante a informação. E até gostei da atitude da sua senhora, é importante a esposa, como a minha mulher está correndo esse Paraná de casa em casa. Aliás, "ao lado de um grande homem, sempre existe uma grande mulher". Parabéns! Ouvi a pancada, e chega aqueles guardinhas, todo cheio de fantasia, fita verde para cá, fita verde para lá, um abacaxi pendurado nas costas, uma melancia. E agrediram a mulher, porque o carro que estava atrás, era um omega, gente granfina, o carrinho da frente era um chevetinho. Na hora perdi o controle e falei - não encosta em mim, sou Deputado, sou amparado pela Constituição, não ponha a mão na mulher. O omega está errado. Então, eu exijo, na hora liguei para o meu advogado em casa, chamei meu advogado no local, a senhora será amparada dentro dos seus direitos Constitucionais, porque o guarda estava multando ela. Quem bateu atrás é

que tem que ser multado. Não ela, ela parou no sinal vermelho, o cara veio atrás e bateu. Quer dizer, o cidadão por estar muito bem vestido, indo para Santa Felicidade e a pobre da infeliz foi humilhada, colocaram defeito em seu carro. Aquilo me irritou, fiquei nervoso, perdi a esportiva. Falei:

“Prenham-me, se tiverem coragem”. Não vão botar a mão nessa mulher. Chegou o DETRAN, a Polícia Militar fez o croqui e ficou tudo certo.

Então, essa lei do Deputado Anibal Khury, bem beneficiar essa senhora que sofreu o acidente de carro ontem. Vem beneficiar o trabalhador humilde. Não vai beneficiar o rico; a elite dominante. Vai beneficiar aquele trabalhador que às vezes sai de madrugada para levar sua verdura no CEASA e que às vezes é multado. Ninguém pode multar ninguém sem ver a infração. O projeto é de fundamental importância. Temos que votar esse projeto pois é isso que o Deputado Anibal Khury quer de nós Parlamentares sóbrios, que pensam no povo, no povo do Paraná.

Vamos aprovar esse projeto, porque será o primeiro estado brasileiro a dar uma lição aos homens de Brasília.

Porque na justificativa do Deputado Anibal Khury, diz que antes de lançar essa lei, deveria ter uma orientação específica, a mesma que está acontecendo com a maneira de votar. O governo deveria ter orientado a família brasileiros que iria perder 7, 8, 9 pontos na sua carteira. E, lamentavelmente, o povo até hoje não está muito bem orientado. O projeto do Deputado Anibal Khury vem em boa hora. Isso chama-se cidadania, isto chama-se justiça social.

Meus parabéns, Deputado Anibal Khury, e meus parabéns ao melhor parlamento do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Gorski.

O SR. PAULO GORSKI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fazemos uso desta tribuna para pedir um apoio. Onde ainda, na semana passada, percorrendo a nossa região Oeste, nossa base lá em Cascavel, junto com a nossa gente, a nossa população, comerciantes, pessoas de bem, pessoas que não têm grande poder aquisitivo questionando o tal comércio, a prestação de serviço e a própria indústria que acontece através de uma forma de pagamento.

Seja em dinheiro ou em cheque. O tal do cheque está se transformando numa coisa muito complicada. Nós temos todo o sistema bancário regido pelo Banco Central, organismo que é vincu-

lado totalmente ao Governo Federal e não temos uma legislação determinante para que tenhamos critérios rígidos para que esses bancos forneçam os talões de cheques, aí é um carnaval, é um vendaval de cheques que são passados ao comércio, que são, num primeiro momento, uma moeda de pagamento à vista, e depois também legalizado o tal do cheque pré-datado que é uma forma de pagamento, mas de um jeito ou de outro, não está se efetivando o pagamento.

Estamos vendo aí uma falta de credibilidade desta forma de pagamento e aí sim, trazendo muitos transtornos a esses comerciantes, a essas pessoas de bem e não tendo o cheque pré-datado, o seu pagamento, o mesmo cheque como pagamento à vista, tem que recorrer novamente ao próprio Sistema Financeiro, as Redes Bancárias para fazer empréstimo, para, enfim, saldar os seus compromissos e aí fazendo papagaios, fazendo operações de créditos a juros exorbitantes.

Dias atrás, agora, já propriamente dito numa campanha eleitoral, vimos o Presidente Fernando Henrique dizer que gostaria, que cobraria até por parte dos banqueiros a redução dos juros, infelizmente isso está acontecendo nesse exato momento.

Por que será que o Presidente desde 1995, desde quando assumiu o seu mandato, não determinou uma ação mais efetiva na redução desses juros?

Pois ora, Senhores Deputados, se vivemos numa instabilidade econômica, vemos aí os índices inflacionários divulgados pelo FIP, ou outras instituições, aonde estamos aí num patamar de primeiro mundo, a nossa inflação em torno de 2%, 3% no máximo, mas os juros bancários sendo operados em torno de até 5% pelas Instituições Financeiras legalizadas nesse país.

Ora, se fosse como agiotagem, se fosse não da forma legal, poderia até ser, mas vemos isso acontecer esses juros exorbitantes, dentro do nosso Sistema Financeiro.

Então, é com essa moção de apoio é que nós queremos reforçar a posição da Comissão de Orçamento e Assuntos Econômicos, lá do nosso Congresso Nacional, para que o Banco Central determine uma ação e um critério mais rígido, para que os bancos, quando fornecerem os seus talões de cheques para clientes, para pessoas que realmente possam obter esse talão de cheque, para pessoas que possam dar esse cheque tendo credibilidade, tendo respaldo, eu tenho certeza absoluta que nós estaremos vivendo dentro de um relacionamento comercial na prestação de serviços ou mesmo da indústria dentro de uma condição mais tranqüila, mais serena e não vendo aí o desespero de pessoas de bem, pessoas que precisam mais que realmente nós vemos.

Então, essa necessidade, estabelecidos esses critérios, mas definidos, nós então vemos uma outra forma de haver esta comercialização, esta prestação de serviços, enfim, das pessoas que querem trabalhar, que fazem isso no seu dia a dia.

Assim queremos ter o apoio dos Senhores a este Requerimento, a esta nossa moção de apoio e aqui fica a nossa posição, posição firme que queremos passar ao nosso CDL, lá de Cascavel, Clube de Diretores Lojistas, Associação Comercial e Industrial de Cascavel, enfim, aos nossos segmentos organizados lá da nossa Sociedade Oestina.

Obrigado, Senhor Presidente pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao nobre Deputado dos Campos Gerais, Deputado Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Na manhã de hoje, Ponta Grossa viveu realmente uma condição ímpar na sua história, principalmente, na história da Agricultura do nosso Estado.

Trinta e dois (32) encontros antecederam o ocorrido nesta manhã na nossa cidade.

Trinta e dois (32) encontros de todas as Cooperativas do nosso Estado e em cada um deles era sedimentada uma identificação da agricultura do Paraná.

Foram colhidos durante esses encontros subsídios, sugestões e principalmente caminhos a serem seguidos devido à reciclagem que passa todo o nosso Universo no Setor Agrícola.

Hoje a OCEPAR, juntamente com as mais altas autoridades desta Nação e deste Estado, fizeram em Ponta Grossa, uma demonstração inequívoca que realmente o Brasil irá alcançar a meta proposta de Cem Milhões de toneladas nos próximos anos a serem colhidos em território brasileiro.

Lá esteve o nosso Secretário de Estado da Agricultura, lá se encontravam os homens que iniciaram o plantio direto que foi copiado no Paraná, no Brasil e no Universo. Lá se encontravam também estrangeiros e brasileiros de mão dada, porque o interesse maior é a produtividade.

Por isso merecera, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que constasse nos anais desta Casa, este episódio que realmente irá dar um novo alento à Agricultura.

Tivemos também reivindicações referentes ao Trigo, à Soja, a todos os produtos agrícolas e que o Governo Federal se sensibilizasse mais com aquilo que é de interesse de todos nós.

Gostaria de anunciar em nosso meio, acompanhado do Doutor Francisco da Cunha Pereira que é um dos homens que defende não só o nosso Conselho Parlamentar do Sul, como também o COPA-SUL que é dos Governadores do Paraná, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Faz com que nos sintamos à vontade de naquilo que nos propomos a fazer.

Encerro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma vez mais enaltecendo o nosso Exército Nacional que amanhã, no "Dia do Soldado", em Ponta Grossa e em todo o Paraná dará uma amostra de que é possível fazer alguma coisa pelo nosso menor desamparado.

E, que também fique registrado nos anais desta Casa o "Pelotão do Futuro", que são trinta crianças que o Exército Nacional tira da rua, leva para o seu Quartel, dá condições materiais, escolares, meios sociais e dá uma recuperação que merece o registro nesta oportunidade.

Obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Mesa tem a satisfação de anunciar a visita do Deputado das Cortes Espanholas, Andrés Ojjero, acompanhado do eminente Presidente da Rede Paranaense de Televisão e da Gazeta do Povo, Professor Francisco da Cunha Pereira Filho.

Suspendo a Sessão por cinco minutos e designo os Deputados Nelson Justus e Caíto Quintana para saudarem o nosso visitante em nome da Faixa Governista e da Oposição.

Cinco minutos para cumprimentos ao ilustre visitante.

(Sessão suspensa)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sessão reaberta.

Para homenagear nossos visitantes, Deputado da Corte Espanhola e o Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, Diretor da Gazeta do Povo, falará em nome da Oposição o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares.

É uma honra poder, em nome da Oposição desta Casa e designado pelo Senhor Presidente, saudarmos o Deputado Andrés Ojjero, Deputado Federal do Partido Popular da Espanha, que também é Professor da Faculdade de Direito de Granada. Quero saudar também o Jornalista Francisco Cunha Pereira Filho que o acompanha já que é uma das organizações que apóia o Congresso de Direitos Humanos que se realiza em Curitiba. E quero também saudar o Professor Guilherme Cunha Pereira, Professor de Jornalismo da Master de Jornalismo de

São Paulo. E dizer-lhe, Deputado Andrés, que no dia de hoje abriu o Congresso de Direitos Humanos, comemorativo de 50 anos aqui no nosso Estado e na nossa Capital e que é um prazer para nós, Parlamento, que vive como VV. Exas. vivem, um momento de plena democracia, de eleições quase que gerais no nosso país, e falo quase porque essa eleição não vota as eleições municipais de Prefeitos e Vereadores, atinge desde Presidente até Deputado Estadual, razão pela qual nossa Casa em esforço concentrado reúne-se no dia de hoje para votação, estamos à véspera de eleição. Mas bendita sejam as eleições, Deputado Andrés, porque tanto quanto o Brasil, a Espanha viveu momentos de seu Congresso fechado. E nada mais importante para a representatividade das mais variadas camadas da população de um país, das mais diversas regiões de um país que seu Congresso esteja funcionando na plenitude para que o espírito da democracia paire sobre o país, sobre o estado, sobre o cidadão, e possamos construir esse mundo que cada um de nós deseja.

A vinda de V. Exa. para Curitiba e para o Paraná, na companhia de ilustres representantes dessa terra, também é motivo de gáudio e de homenagem desta Casa à V. Exa., porque nesta promoção da Gazeta do Povo, Prefeitura Municipal de Curitiba e da Universidade Federal, comemora-se os Direitos Humanos tão afetados, tão machucados em tantas e tantas regiões do mundo, e é salutar ver um Parlamentar que tenha a preocupação na defesa desses direitos fundamentais da pessoa humana, início e fim de toda e qualquer legislação, de todo e qualquer governante.

Queremos saudá-lo portanto, que se estreitem cada vez mais os laços de relação entre Parlamentos Democráticos, e que essa profissão na democracia possa fazer com todos nós em qualquer quadrante do mundo, tenhamos o respeito cada vez maior e fortalecido a esse princípio fundamental, que é o respeito ao homem, ao cidadão, a sua dignidade, sintetizado pela palavra "direitos humanos". Falo aqui, prezadíssimo Deputado Andrés Ojjero, representando a Oposição. Mas com uma fé inabalável, de que no ano que vem possa saudá-lo numa nova visita de papel trocado com o meu querido companheiro Nelson Justus fazendo a saudação em nome da Situação.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Para falar em nome da Bancada Situacionista, concedo a palavra ao Deputado Nelson Justus, que saudará o nosso ilustre visitante e o Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho.

O SR. NELSON JUSTUS

Excelentíssimo, Deputado Anibal Khury, Srs. Deputados, Sr. Deputado Andrés Ojjero, Deputado Espanhol, Professor da Universidade de Granada, Jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, Jornalista Guilherme da Cunha Pereira.

É um privilégio realmente tê-los aqui nessa tarde, e conforme todos podemos atestar, a Situação e a Oposição continuam discordando, em que pese o excelente relacionamento que temos aqui nesta Casa com o Deputado Caíto Quintana, o senhor será sempre bem-vindo, e concordamos em grande parte com o discurso do nosso Deputado Caíto Quintana.

Concordamos, quando diz ele, do privilégio em tê-los aqui nessa tarde e do bom relacionamento que existe entre os nossos países e principalmente entre os nossos Estados. O Estado do Paraná é o estado que abriu as portas, através do Governador Jaime Lerner, para todos os países do mundo, para todos os povos. Até porque ninguém abre caminhos fechando portas. Um privilégio tê-lo também, como membro integrante desse Congresso de Direitos Humanos tão bem encaminhado pelo Jornal Gazeta do Povo, o jornal mais tradicional do nosso estado, tão bem dirigido pelo Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, a quem rendemos as nossas homenagens, com o patrocínio também da Prefeitura de Curitiba, mostrando que realmente esse é um Estado, muito rico, rico principalmente em homens e mulheres de bem, razão pela qual jamais será sobrepujado.

Seja bem-vindo, Deputado Ojjero! É uma honra tê-los aqui, principalmente na companhia de quem o senhor vem hoje, de quem é sempre recebido, de braços abertos por todos nós aqui nessa Casa.

Como eu disse, é um privilégio tê-lo aqui e a certeza assegurada do sucesso desse Congresso. No momento em que os nossos dois países vivem a Democracia plena. E nós aqui então exercitamos agora, com totalidade, num momento muito especial, onde o Brasil vai escolher os seus representantes. E esses representantes, têm que ter como seguramente o Governador Jaime Lerner tem, resposta na ponta da língua para a pergunta que todos têm que fazer: o que é que foi feito pelo seu Estado por esses dirigentes? De forma Deputado Andrés Ojjero, sintase em Casa, A certeza do sucesso desse Congresso que nos honra muito, mostra efetivamente que o Paraná continua de portas e braços abertos recebendo homens de bem. Seja bem-vindo e é um privilégio tê-lo aqui conosco.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Sr. Andrés Ojjero.

O SR. ANDRÉS OJJERO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É um privilégio ser acolhido neste Parlamento, nesta tribuna, já que na Espanha, faço parte do grupo parlamentar que apóia o governo. Portanto, parece que não implica em nenhum tipo de distinção no trato com os excelentíssimos colegas.

Gostaria de agradecer a amabilidade, a acolhida do Presidente Anibal Khury, o qual tanto já ouvi falar, nesse tempo que estou nesta cidade. Igualmente quero agradecer as cordiais intervenções de meus colegas, Srs. Caíto Quintana e Nelson Justos.

Comentava-se, em um momento, como na prática parlamentar espanhola, é um costume, que quando está o parlamento reunido e se tem uma visita de um chefe de estado estrangeiro, por exemplo, um Chefe de Estado de Portugal, Brasil e os demais países americanos, podem dirigir-se aos Deputados dentro do Plenário. Quando, por exemplo, nos visitou a Rainha da Inglaterra, o discurso aos Deputados foi feito em uma sala à parte, chamada "sala internacional", que quer dizer, que nos sentimos membros de uma mesma comunidade e que estamos unidos, sem dúvida, por laços culturais.

Por outro lado, quero esclarecer também o lado significativo que me trouxe ao Paraná e à Curitiba - um conjunto de aniversários - porque cumprimos em dezembro, os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E também em outubro, 10 anos da Constituição Brasileira. E ambos os eventos foram lembrados pelos organizadores. Mas como espanhol devo dizer que em dezembro deste mesmo ano, também nossa Constituição cumpre 20 anos.

Portanto, se percebe que os anos terminados em 8, são anos bons para os Direitos Humanos, para as Constituições que se encarregam de nos proteger.

Quero mostrar-lhes os meus agradecimento, minha alegria por estar no Paraná, minha alegria por estar no Paraná. Tive a sorte de visitar o Brasil em 1991, também com atividades acadêmicas. Mas não havia tido a sorte de estar no Paraná. Mas vou levar boas recordações. Estivemos ontem em Foz do Iguaçu, também é inesquecível. E hoje como Parlamentar, tive essa imensa honra de falar entre colegas, e de manhã, como universitário, estive na Universidade Federal do Paraná. Muito obrigado por me deixarem experimentar mais uma vez que no fundo, falamos todos uma mesma língua, a língua dos que se sentem orgulhosos e honrados de representar a sociedade!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Queremos agradecer a presença do ilustre Deputado Andrés, do Dr. Francisco da Cunha Pereira. E dizer ao nosso ilustre visitante, que o Paraná deve muito aos espanhóis.

Uma de nossas maravilhas, as Cataratas do Iguaçu, teve como descobridor "Cabeça de Vaca", um espanhol que atravessou o Paraná inteiro. E um dos melhores Governadores do Paraná que se chama Jaime Canet Júnior era filho de espanhol. Fora as missões que recebemos dos espanhóis aqui nesse nosso Estado. Por isso, Sr. Deputado, encontre-se em casa. O Paraná o recebe de braços abertos e também em companhia do Dr. Francisco, que é o nosso diretor de importante jornal aqui do Paraná, desejamos ao Senhor uma feliz estada aqui em nosso Estado. E, a certeza que nós paranaense admiramos muito os espanhóis. Muito obrigado pela sua visita e obrigado ao Dr. Francisco. Está também presente o Professor Guilherme da Cunha Pereira e também seja bem-vindo. Convido os Senhores Deputados: Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Nelson Justus para acompanhar os nossos convidados até o Salão Nobre.

Não havendo mais Oradores inscritos, passamos ao Horário das Lideranças. Com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVADO FIER

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna nesta tarde para, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ler a carta que o nosso candidato à Presidência da República, o companheiro Lula enviou ao Exmo. Sr. Ministro Ilmar Galvão, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

"São Paulo, 17 de agosto de 1998.

Exmo. Sr.

Ministro Ilmar Galvão

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Senhor Ministro,

Na condição de candidato à Presidência da República, pela **União do Povo, Muda Brasil**, coligação de partidos formada pelo PDT, PC do B, PCB, PSB e PT, quero expressar à V.Exa. e, por seu intermédio, a todo o egrégio Tribunal Superior Eleitoral, minha profunda inquietação em relação às próximas eleições de 4 de outubro.

Um conjunto de fatores que vem cercando o atual processo eleitoral compromete sua legitimidade e arrisca transformar o próximo pleito em um mero ritual, incompatível com nosso ordenamento democrático, no qual as eleições são o instrumento através do qual se expressa em forma inequívoca a vontade popular.

Em relação aos meios de comunicação

Como se não bastassem as restrições de tempo de propaganda eleitoral introduzidas pela nova legislação que encurtaram sobremaneira a campanha as rádios e sobretudo as televisões, baniram ou reduziram consideravelmente em suas programações o espaço dedicado à eleições.

Esse fenômeno tornou-se particularmente notável a partir de fins de maio. Coincidentemente, nesse período as pesquisas de opinião pública apontaram para um virtual empate de minha candidatura com a do atual presidente.

Analistas e pesquisas qualitativas atribuíam a queda da aceitação do atual presidente entre os eleitores à degradação da situação social do país, especialmente aos fenômenos da seca do Nordeste e do desemprego. Subitamente esse fatos desaparecem no noticiário de rádio e televisão, sem que na realidade os fatos que estavam na sua raiz houvessem sido resolvidos o seu impacto sobre a população tivesse se reduzido. Ao contrário: ambos sofreram considerável agravamento desde então.

Enquanto os candidatos oposicionistas têm reduzida presença nas rádios, no vídeo e na imprensa escrita, ao Presidente e seus ministros é oferecida ampla cobertura, sobretudo quando anuncia políticas que seu governo supostamente irá por em prática e que, em muitos casos, coincidiram de forma surpreendente com o anúncio antecipado de nossas propostas programáticas. Setores respeitáveis da imprensa foram obrigados a registrar essa coincidência quando da apresentação de nossos programas para as áreas de saúde, emprego e educação.

Essa distorção está ligada seguramente à forma pela qual a Emenda Constitucional que aprovou a reeleição presidencial define a situação do Presidente da República que se mantém no exercício do governo durante o período eleitoral. Confunde-se objetivamente sua atuação como chefe de governo com a de candidato.

Enquanto que os candidatos da oposição têm pouca presença nos meios de comunicação, o presidente obtém amplo espaço e faz de suas propostas instrumentos de contraste e enfrentamento com as proposições apresentadas pelas oposições.

Outro aspecto que quero destacar está ligado a uma onda insólida e inconsistente de denúncias lançadas contra mim, buscando atingir minha honrabilidade.

O caráter unilateral, insidioso, difamatório, de matérias surgidas na imprensa escrita, rádio e tv, nos últimos dias, dificilmente poderá ser neutralizado através dos instrumentos judiciais correntes.

Quando a verdade for restabelecida, é pouco provável que o dano pessoal e político possa ser reparado. Já vivi situações semelhantes no passado,

quando fui objeto de denúncias comprovadas judicialmente como falsas e acarretando para seus autores penalidades mas que só foram desmontadas quando os prejuízos políticos se revelaram irreversíveis.

Reconheço que as medidas cabíveis para corrigir essa situação são complexas, ainda que me pareçam absolutamente necessárias.

Repugna-nos propor qualquer iniciativa que possa significar cerceamento da liberdade de expressão. Não é possível, no entanto, que a imprensa escrita sobre cuja função social e responsabilidade pública é desnecessário estender-se possa permitir-se um comportamento irresponsável e leviano, banindo de suas preocupações os deveres que têm para com a sociedade de oferecer informação responsável, imparcial e equilibrada.

Mais grave é o caso das televisões e rádios, por serem concessões públicas. Historicamente, a trajetória dessas emissoras sobretudo as televisões foi marcada por uma promiscuidade e subserviência em relação ao poder, que poder-se-ia explicar quando sobre elas pesavam ameaças do regime militar, mas que assumem hoje um caráter perverso posto que o país vive sob o Estado democrático de direito.

Espero que essa Corte possa construir instrumentos que, longe de cercear a liberdade de expressão e o funcionamento da sociedade democrática, sejam capazes de dotar vida política de procedimentos que permitam a expressão da vontade cidadã ao invés de sua distorção.

Em relação a irregularidade nos registros eleitorais.

Os meios de comunicação veicularam nos últimos dias informações que revelam que mais de 6 milhões de eleitores dos mais de 100 milhões que compõem atualmente nosso colégio eleitoral, não existem. Matérias mais destacaram a situação de cidades onde o número de eleitores ultrapassa em muito o de habitantes.

No passado, parlamentares ligados a meu partido, o PT, representaram junto ao TSE para que denúncias semelhantes fossem apuradas. Suas demandas não suscitaram providências concretas. Espero que o pedido de apuração rigorosa desse problema tenha agora uma acolhida pronta e enérgica.

O sistema eleitoral brasileiro passou por inúmeras reformas, todas elas destinadas a aprimorar o processo de expressão da vontade da cidadania. Desde a adoção do voto secreto, passando pela cédula única e chegando ao sistema eletrônico. Não é possível que esses mecanismos ligados a expressão e apuração do voto sejam anulados por formas de fraude ligadas à constituição da própria lista de eleitores.

Espero, Senhor Ministro, que V.Exa. e a Corte que preside possam dar a todos os candidatos as garantias de que o pleito de 4 de outubro e o posterior segundo turno estarão cercadas da mais absoluta objetividade e lisura.

Para isso é necessário estabelecer regras (e velar por seu cumprimento) que permitam às eleições traduzirem o mais fielmente possível a vontade da cidadania, construída a partir de um debate amplo e equânime em toda a sociedade.

Sem essas condições, insisto, as eleições do próximo 4 de outubro ver-se-ão cercadas de tal ilegitimidade que representará um passo atrás, em direção a um autoritarismo que, com tanto sacrifício, temos buscado superar nestes último vinte anos.

Receba Senhor Ministro, a expressão de meu respeito e alta consideração.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

No mesmo momento em que caía uma cortina de silêncio sobre os temas em questão, a televisão foi inundada por uma campanha publicitária do governo que deixou pouco espaço para a propaganda privada.

A partir de então, observa-se uma disparidade considerável no espaço/tempo dedicado aos candidatos, conforme pode-se constatar do estudo preliminar em anexo.

Neste estudo, feita a contagem da minutagem final, mostra que a candidatura de Ciro Gomes, no período de 1 a 10 de agosto de 98, teve cinco minutos e quarenta e um segundos; a de Fernando Henrique Cardoso, quarenta e cinco minutos e dez segundos; a de Lula, dezessete minutos e quarenta e oito segundos. E a propaganda de Governo, duas horas dezenove minutos e cinco segundos."

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04 (quatro) de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1443, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado, com voto contrário do Doutor Rosinha.**

Requerimento nº 1426, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 320/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre anistia de dívidas decorrentes de multas de trânsito, e dá outras providências. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Por apreciar, em fase de votação, o parecer da comissão geral de Plenário de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra.

COMISSÃO GERAL PROJETO DE LEI Nº 320/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por objetivo anistiar dívidas decorrentes de multa de trânsito.

Chamado a opinar, entendemos não existir nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou regimental para a normal tramitação da proposição nesta Casa de Leis.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 320/98, sabedores do relevante alcance da matéria perante a sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 18.08.98.

(a) JOEL COIMBRA

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o parecer e o projeto.

Parecer do Relator.

Senhores Deputados que aprovam o parecer, conservem como estão.

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Pela Ordem**)

Solicito verificação de votação.

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Solicito chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Martins**)

Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Responderam à chamada nominal 30 (trinta) Senhores Deputados.

Há quórum para a votação.

Em votação o parecer da Comissão Geral, do Projeto de Lei nº 320/98.

Os Senhores Deputados que aprovam o parecer, permaneçam como estão.

Aprovado o parecer.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.

Aprovado o projeto.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de registrar voto contrário ao parecer, da minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente registrado o voto contrário do Doutor Rosinha, ao parecer e ao projeto.

O projeto irá à 2ª Discussão (Projeto de Lei nº 320/987).

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/98, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede anistia a todos os motoristas do Estado do Paraná, de multas emitidas desde a implantação do novo Código Nacional de Trânsito, até 31 de dezembro de 1998. SEM PARECERES. (**Publ. no D.A. nº 109, de 11.08.98.**)

O Projeto de Lei nº 317/98 foi retirado da Ordem do dia pelo Senhor Presidente.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/98, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Quarto Centenário, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação a Emenda do Substitutivo ao projeto de lei.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda do Substitutivo, permaneçam como estão.

Aprovado o Substitutivo, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Espírita Irmã Scheilla, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/98, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo promover o estudo de dependência química e suas conseqüências neuro-psico e sociológicas (uso de drogas), no currículo escolar do ensino fundamental e médio, a partir das matérias constantes do núcleo curricular básico, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação para as escolas públicas ou privadas no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO DA C.E.C.E.. **Aprovado o substitutivo da C.E.C.E., artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/97, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cecília Meirelles, com sede e foro no Município de Colorado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que destina recursos do SERLOPAR para a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda aprovada. Projeto aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 168/98.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 119, 251 e 257/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 200, 202,
240, 330 e 3335/97.

Levanta-se a sessão.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 325/96;
347, 420/97; 164 e 259/98.